

Folha de S. Paulo

10/07/1995

Comida é o salário de trabalhador no MA

Canavieiros da destilaria Caiman, que tem senador entre seus acionistas, recebem duas refeições por dia de trabalho

CRIS GUTKOSKI

Da Agência Folha em Porto Franco (MA)

Trabalhadores rurais cortam cana-de-açúcar das 7h às 17h para a destilaria Caiman S/A, em Porto Franco (724 km ao sul de São Luís), no Maranhão, e recebem em troca duas refeições por dia — uma pequena tigela com arroz, feijão e carne, servida na plantação. No final do mês, o custo das refeições e dos demais gastos na cantina equivalem ao valor do salário de grande parte deles, que no final não recebem nada.

A destilaria, construída com recursos do Banco Mundial, produz 10 milhões de litros de álcool por ano, emprega cerca de 800 trabalhadores e tem como um dos acionistas o ex-governador e atual senador Edison Lobão (PFL-MA).

A empresa faz parte da lista dos cem maiores devedores do Banco do Brasil.

Os canavieiros são trazidos em 17 ônibus alugados. Vêm de cidades maranhenses distantes de Porto Franco e também de outros Estados, como Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco.

Sem receber salário, há trabalhadores que acabam abandonando o serviço depois de poucas semanas. Desde o início da nova safra, há um mês, cerca de 300 homens voltaram para casa de carona, por não terem dinheiro algum.

José Firmino de Lima Filho, 43, João Maria do Nascimento, 33, ambos pais de três filhos, e mais 140 cortadores de cana do Rio Grande do Norte saíram de Natal em junho. Foram ao Maranhão seduzidos pela promessa de que ao chegarem à destilaria, receberiam adiantamentos de R\$ 100.

Segundo eles, o empreiteiro de mão-de-obra da Caiman também garantiu que teriam alojamento, carteira assinada, três refeições por dia e assistência médica.

Na última quinta-feira, a Agência Folha encontrou 74 trabalhadores do Rio Grande do Norte que haviam abandonado as plantações e não tinham dinheiro nem sequer para comprar a passagem de volta.

Eles tinham sido alojados pela usina no meio do mato em barracos de palha, de chão batido, sem paredes e sem banheiro.

Disseram que a água para beber tinha cor de ferrugem e que cortavam cana até o meio-dia em jejum.

"Ele (o empreiteiro) não trouxe cachorros, trouxe um bocado de pais de família", protestava José Firmino. "A gente está aqui feito escravo, pior do que bicho", disse Nascimento.

Ele se referia à forma irregular com que os canavieiros foram transportados. Segundo disse, a viagem de Natal (RN) a Porto Franco durou seis dias e foi feita por atalhos, porque os três ônibus da Caiman não tinham autorização para circular pelas rodovias.

Os 146 trabalhadores dormiam ao relento e precisaram percorrer a pé trechos no meio do mato, onde os ônibus não podiam circular com o peso dos passageiros.

Canavieiros alagoanos e das cidades maranhenses de Codó, Caxias e Barra do Corda passaram por situações semelhantes. "Cortamos cana de graça", afirmou Lourival Evangelista de Souza, 57, pai de cinco filhos. "Vou embora porque eu não sou porco para estar preso", disse.

Os homens alojados nos barracões da destilaria pagam R\$ 1 pelo prato de comida. Os R\$ 60 descontados no final do mês, só com as refeições, equivalem muitas vezes à remuneração.

Para obter o financiamento do Banco Mundial, os autores do projeto Caiman se comprometeram em 1985 a dar assistência médica e odontológica gratuita, escolas e alimentação subsidiada para cerca de 5.000 funcionários.

Em dezembro de 1989, ao justificar o atraso nas instalações para o Ministério do Trabalho, a empresa culpou o Banco do Brasil pela liberação "descompassada" dos recursos. O então diretor Jorge Luiz Izar prometeu ao ministério que regularizaria a situação em dois anos.